

O RECENTE DESEMPENHO ECONÔMICO, O EMPREGO E AS PERSPECTIVAS LOCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Aurilio Sérgio Costa Caiado²

1. INTRODUÇÃO

A crise dos anos oitenta, além de ter provocado retração no mercado interno e redução nos níveis de investimento, exigiu das empresas a busca individualizada de alternativas à crise, através da inserção no mercado internacional com conseqüente ampliação de exportação. Assim, as empresas e setores que se modernizaram e incorporaram novas tecnologias e novos processos produtivos conseguiram inserir-se no mercado internacional e passaram a se constituir nos segmentos mais modernos, distanciando-se do padrão tecnológico dos segmentos voltados exclusivamente para o mercado interno.

A recessão do início dos anos 90, no contexto de uma rápida abertura comercial, expôs a indústria nacional à abrupta concorrência de importados que desembarcavam com preços bem menores que os praticados pelos nacionais, ao mesmo tempo que forçava um vigoroso processo de ajuste, resultado da forte retração do mercado interno.

A resposta imediata da indústria foi um forte movimento defensivo de redução dos custos de produção, concentrado, em grande par-

-
- 1 Este texto foi originalmente escrito para o Projeto "Potencialização das Políticas de Geração de Renda e Emprego no Estado de São Paulo" desenvolvido pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo em convênio com a Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM.
 - 2 Professor do Curso de Economia da Universidade de Sorocaba e Chefe da Divisão de Estudos Regionais da Fundação SEADE.

te, na eliminação de postos de trabalho, na terceirização e na redução dos níveis hierárquicos.

A interrupção do longo período de estagnação com a implantação do novo plano de estabilização da economia - o Plano Real - reforçou o processo de abertura da economia já em curso desde o final dos anos 80, ao estabelecer um regime cambial que favorecia a importação de bens de consumo, impulsionada pelo aumento da renda e pela própria estabilização

Assim, a necessidade de produzir com uma estrutura de custos de produção internacionalmente competitivos exigiu fortes medidas de ajuste: patrimonial, nos sistemas produtivos e gerenciais, ampliando a importação de bens de capital e a incorporação de componentes importados aos produtos nacionais. Isso, aliado à importação de produtos acabados, tem contribuído para a manutenção de elevadas taxas de desemprego, mesmo com a retomada do crescimento econômico.

O processo de reestruturação produtiva tem mudado as feições da indústria brasileira, racionalizando e modernizando a produção, reduzindo os postos de trabalho e o escopo das atividades, realizando mudanças organizacionais e tentando flexibilizar os contratos de trabalho.

Os novos investimentos realizados em diversos estados nos últimos anos não têm sido suficientes para interromper o processo de ampliação das taxas de desemprego, notadamente no Estado de São Paulo, área mais industrializada do país.

São Paulo na Economia Nacional

Passada a década de oitenta - período em que o país esteve mergulhado em forte desajuste estrutural da economia expresso pelo desequilíbrio na balança de pagamentos, crise cambial, déficit fis-

cal e escalada inflacionária, aliado à ausência de política industrial e de geração de emprego - a economia nacional voltou a crescer, a partir de 1993. Este crescimento está sendo sustentado, em grande medida, tanto pelo crescimento do consumo agregado, como por uma relativa recuperação do investimento privado, principalmente por capitais vindos de outros países.

O estado de São Paulo é responsável por mais de um terço de toda a produção nacional e abriga os setores mais modernos de nossa economia. O Produto Interno Bruto estadual superou R\$ 211 bilhões em 1996, próximo do PIB da Argentina e maior que o de qualquer outro país da América do Sul. Em 1980 o produto paulista era de R\$ 169 bilhões, tendo passado sucessivamente por valores de R\$ 175 bilhões, R\$ 186 bilhões e R\$ 206 bilhões, no anos de 1985, 1990 e 1995, respectivamente. Apesar da tendência geral de crescimento, o impacto dos períodos de recessão da economia nacional resultou numa taxa média relativamente baixa, inferior à média do crescimento populacional. Com isso, a renda per capita que era de R\$ 6,78 mil ao ano em 1980 passou por períodos de redução e, apesar do crescimento observado nos últimos anos, em 1996 era de R\$ 6,22 mil por pessoa ao ano, segundo dados da Fundação Seade.

Representando aproximadamente 40,0% do produto nacional em 1980, a participação paulista tem se situado nos últimos anos na média de 36,0%, como consequência da desconcentração de algumas atividades econômicas para outros estados. Nos períodos de forte recuperação da atividade econômica, a economia de São Paulo volta a ganhar uma maior participação no PIB nacional, crescendo a taxas mais elevadas que a média do País. Nos períodos recessivos, ao contrário, os principais efeitos da crise se fazem sentir em São Paulo, por ser a região mais industrializada do Brasil.

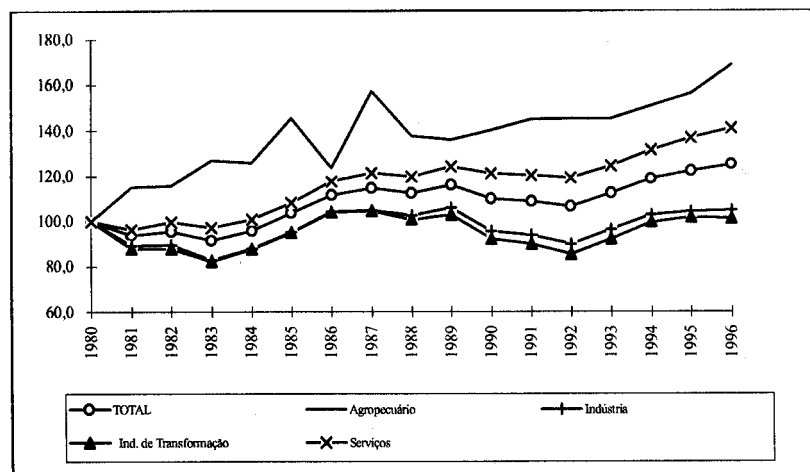
Tabela 1: Participação do Estado de São paulo na composição do produto interno bruto nacional, em termos reais, por setor de atividade econômica: 1980 - 1996

Em porcentagem

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1980	13,99	45,91	40,65	40,09
1981	14,93	44,78	39,84	38,92
1982	15,02	44,77	40,50	39,28
1983	16,55	43,87	39,72	38,61
1984	15,98	43,99	39,28	38,44
1985	16,90	44,11	39,15	38,48
1986	15,59	43,36	39,89	38,87
1987	17,25	42,99	40,40	38,87
1988	14,97	43,23	38,91	37,89
1989	14,38	43,40	39,23	38,05
1990	15,42	42,57	37,15	36,70
1991	15,48	42,61	36,89	36,48
1992	14,72	42,47	36,83	36,10
1993	14,88	42,81	37,61	36,83
1994	14,16	42,78	38,51	37,13
1995	13,96	42,18	38,61	36,00
1996 ¹	-	-	-	36,72

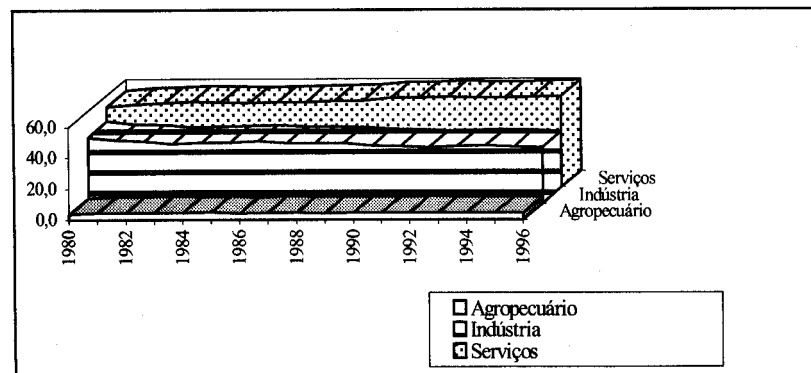
Fonte: Fundação SEADE; IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1 - Dados Preliminares

Entre 1980 e 1996, os setores de atividade que tiveram maior índice de crescimento foram o agropecuário e o de serviços, que cresceram acima da média de crescimento total do PIB. A indústria, notadamente a de transformação, teve um desempenho abaixo da média no período entre 1980 e 1996, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1: Índices Reais do PIB do Estado de São Paulo 1980 a 1996.

Fonte: Fundação SEADE; IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1996 - Dados Preliminares

No que se refere à composição do PIB paulista observa-se que a indústria tem perdido participação, enquanto o setor de serviços tem ampliado sua contribuição.

Gráfico 2: Estado de São Paulo Composição do PIB - 1980 a 1996.

Fonte: F. SEADE

A indústria, que respondia por 43,12% do produto paulista em 1980 teve sua participação reduzida para 36,17% em 1996, com destaque para a indústria de transformação, que reduziu sua participação de 35,37% para 28,60% no período. O setor agropecuário passou de 3,60% para 4,85% e o de serviços de 52,44% para 59,05%, também entre 1980 e 1996.

Apesar do declínio tanto da participação de São Paulo no PIB nacional, quanto da participação da indústria de transformação na composição do PIB paulista, o parque industrial sofreu significativas transformações no período. Tanto na estrutura produtiva, onde o peso de alguns setores foi alterado, como na organização da produção, com introdução de novos processos produtivos e organizacionais.

A Indústria Paulista

Significativa, também, foi a alteração na distribuição espacial da indústria paulista, quando, apesar de um pouco arrefecida no final do período, prosseguiu a interiorização iniciada nos anos 70, com queda da participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e ampliação da participação de praticamente todas as Regiões Administrativas.

Mas, como pode ser observado na tabela 03, o processo de interiorização da indústria, no que diz respeito à localização, não foi homogêneo mas privilegiou algumas regiões do Estado. Assim, se no início do processo de industrialização pesada de São Paulo, os principais setores industriais localizavam-se na capital e nas cidades vizinhas, ao buscarem novas alternativas de localização, foram escolhidos os centros regionais próximos à RMSP e que oferecessem infra-estrutura adequada à implantação industrial. Por esse motivo, o processo de desconcentração industrial privilegiou as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista, que juntas eram responsáveis por 78,72% da produção industrial, em 1980³.

3 A produção industrial foi medida a partir do valor adicionado fiscal (V.A.). Ele é calculado pela Secretaria de Estado da Fazenda através da DIPAM (Declaração de Informações de Participações Municipais) e indica quanto foi agregado de valor a uma mercadoria, em um município, ou região.

Tabela 2: Produto Interno Bruto a Custo de fatores do Estado de São Paulo, 1980 - 1996
Em %

Setores e Subsetores de Atividade Econômica	1980	1985	1990	1995	1996
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuário	3,60	5,06	4,60	4,60	4,85
Indústria	43,12	39,70	37,50	36,75	36,17
Extrativa Mineral	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04
Transformação	35,37	32,38	29,60	29,47	28,60
Serviços de Utilidade Pública	1,67	2,40	2,64	2,78	2,78
Construção Civil	6,36	4,48	5,50	4,06	4,74
Serviços	52,44	54,82	57,80	58,64	59,05
Comércio	10,67	10,81	10,12	9,85	9,81
Transportes e Comunicações	5,76	6,03	6,38	7,47	7,65
Instituições Financeiras	10,46	10,44	10,42	10,36	10,33
Outros Serviços	24,12	26,43	31,10	30,73	31,02

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Nota: A soma das parcelas pode não coincidir com o total, em função dos arredondamentos efetuados nos dados parciais.
Dados preliminares.

O recente desempenho econômico, o emprego...

A Região de Ribeirão Preto também teve crescimento da produção industrial em todo o período, mas teve maior participação a implantação da agroindústria da cana-de-açúcar do que a desconcentração de indústrias a partir da Região metropolitana. Nas outras regiões o crescimento da participação na produção da indústria do estado foi bem mais modesto e baseado em setores industriais de menor complexidade.

Tabela 3: Indústria de transformação - participação regional estado de São Paulo - Região Metropolitana e Regiões Administrativas - 1980 -1995.

Indústria de Transformação	Participação no Total Estado			
	1980	1985	1990	1995
R. M. S. P.	64,09	57,39	58,11	52,86
INTERIOR	35,91	42,61	41,89	48,14
R. A. de REGISTRO	0,08	0,15	0,12	0,13
R. A. de SANTOS	4,24	4,06	2,61	3,22
R. A. de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	4,98	6,33	6,35	8,75
R. A. de SOROCABA	3,96	4,92	4,92	5,23
R. A. de CAMPINAS	15,09	17,45	19,22	21,48
R. A. de RIBEIRÃO PRETO	1,12	1,63	1,19	1,90
R. A. de BAURU	1,10	1,38	1,21	1,51
R. A. de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,56	0,67	0,95	1,00
R. A. de ARAÇATUBA	0,33	0,49	0,66	0,65
R. A. de PRESIDENTE PRUDENTE	0,36	0,41	0,35	0,36
R. A. de MARÍLIA	0,54	0,80	0,87	0,81
R. A. de CENTRAL	1,78	2,28	1,75	1,76
R. A. de BARRETOS	0,42	0,68	0,51	0,48
R. A. de FRANCA	0,74	0,93	1,18	0,85
TOTAL ESTADO DE SÃO PAULO*	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DIPAM (vários anos) - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados Básicos

O movimento de interiorização da indústria prosseguiu em toda a década de 80. A Região Metropolitana de São Paulo, que, em 1980, era responsável por 64,09% do valor adicionado (VA) industrial, chegou em 1990 respondendo por 58,11%. No interior, a Região Administrativa que mais aumentou sua participação foi a de Campinas, que passou de 15,09% para 19,22%, no mesmo período. A seguir, a RA de São José dos Campos ampliou sua participação de 4,98% para 6,35% e a RA de Sorocaba, passou de 3,96% para 4,92%, no mesmo período. Quem mais perdeu posição na década foi a RA de Santos, que viu declinar sua participação na composição do VA da indústria de transformação de 4,24% para 2,61% do V.A no total na indústria de transformação do estado, entre 1980 e 1990. Na década de 90 este processo de desconcentração foi reforçado e, em 1995 a Região Metropolitana havia reduzido ainda mais sua participação na produção da indústria de transformação estadual, respondendo por 51,86%. No interior a R.A. de Campinas continuou tendo o maior crescimento proporcional e respondia por mais de 40% da produção da indústria interiorana (20,48% da produção estadual). A região com a segunda maior taxa de participação na produção industrial do estado é o Vale do Paraíba, com 8,75%, em 1995.

Ao que parece, a indústria do interior - com maior participação da agroindústria e de insumos básicos voltados à exportação - foi menos sujeita às crises econômicas. Por outro lado, a indústria metropolitana - com forte concentração de bens duráveis de alto valor agregado, como a indústria automobilística, por exemplo, é bem mais sensível às flutuações do nível de atividade, com quedas fortes no períodos recessivos, mas também com maior capacidade de resposta na retomada do crescimento.

O fato a destacar é que, apesar da produção industrial ter um crescimento proporcional em todas as regiões do interior, continuou havendo concentração da indústria em algumas regiões. Entre 1980 e 1995 a RMSP perdeu pouco mais de 12% de participação, na produção industrial do estado (passou de 64,09% para 51,86%). No mesmo período as regiões industrializadas próximas à metrópole - Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba - tiveram juntas um acréscimo de mais de 10% em sua participação, e em 1995 eram responsáveis por 38,68% da produção industrial estadual. Isso significa que nas

quatro regiões, em conjunto, é produzido mais de 70% da produção industrial do interior paulista.

Junto com o processo de interiorização da indústria houve uma profunda alteração na estrutura do emprego do interior, com a interiorização do emprego industrial e o surgimento de um setor de serviços moderno, de apoio à produção industrial, que se desenvolveu impulsionado pela urbanização.

Esse processo de interiorização do emprego, marcado pela reorganização das atividades econômicas, alterou os movimentos populacionais no território paulista. Contribuiu para inverter as tendências quanto aos ritmos de geração de emprego no interior e para que as taxas de crescimento da população urbana nas regiões de maior crescimento ultrapasassem, desde o início dos oitenta, as verificadas na Região Metropolitana de São Paulo.

A Estrutura da Indústria Paulista

Quanto à composição setorial da indústria de transformação paulista, os ramos industriais que, isoladamente, mais cresceram sua participação na composição do valor adicionado foram o de Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre (onde é computada toda a produção de álcool, inclusive o anidro e o hidratado); o de Produtos Farmacêuticos; Produtos Alimentícios; e de Material de Transportes que cresceram 3,15 e 1,51 vezes os dois primeiros e 1,34 e 1,29 vezes os dois últimos, respectivamente.

É importante destacar que, apesar de algumas R.As. terem uma estrutura industrial parecida com a da Região Metropolitana de São Paulo, no geral, no interior, a forte presença da agroindústria e da indústria de insumos básicos na produção a diferencia da indústria metropolitana, que, por sua vez, tem grande concentração na produção de bens duráveis de consumo, com destaque para a metal-mecânica.

Isoladamente, a maior participação é do ramo de Material de Transportes, onde está a indústria automobilística, que representou, sozinha, 16,07% da indústria paulista, seguida pela Química, Indústria de Alimentos, Metalúrgica e Material Elétrico e de Comunicações, que participam com 11,8%, 10,17% e 8,07% respectivamente.

Tabela 4: Indústria de transformação - estrutura e participação regional total do Estado de São Paulo (1980, 1985, 1990 e 1995).

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	ESTRUTURA INDUSTRIAL (%)				CRESCIMENTO
	1980	1985	1990	1995	
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO I					
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	7,60	9,05	8,20	10,17	1,34
PRODUTOS TEXTÉIS	6,42	7,04	5,71	3,73	0,58
PRODUTOS FARMACEUTICOS, MÉDICOS E PERFUMARIA	3,46	3,72	3,71	5,21	1,51
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	3,81	3,98	5,26	3,45	0,90
BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRE	1,18	1,72	2,02	3,73	3,15
MOBILIÁRIOS	1,33	1,19	1,05	1,02	0,77
EDITORIAL E GRÁFICA	1,63	1,16	1,85	2,46	1,50
PRODUTOS DO REINO VEGETAL-IN NATURA	0,70	0,47	0,42	0,39	0,56
PROD. DO REINO VEGETAL-IN NATURA-FRIGORÍFICOS	10,76	0,63	0,70	1,25	1,65
FUMO E PRODUTOS DERIVADOS	0,18	0,28	0,13	0,26	1,47
Total das Indústrias do Grupo I	27,06	29,25	29,05	31,68	1,17
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO II					
METALÚRGICA	13,32	13,25	10,93	9,03	0,68
PRODUTOS QUÍMICOS	12,17	11,00	12,49	11,80	0,97
PRODUTOS MINERAIS NÃO-METÁLICOS E CIMENTO	4,09	3,93	3,46	3,38	0,83
PAPEL E PAPELÃO	3,57	3,80	4,02	5,05	1,42
MATERIAL PLÁSTICO	2,71	2,71	3,46	2,96	1,09

O recente desempenho econômico, o emprego...

PRODUTOS DE BORRACHA	1,50	2,01	2,00	1,91	1,28
ARTIGOS E ARTEFATOS DE MADEIRA	0,74	0,57	0,56	0,52	0,71
PEDRA E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0,13	0,10	0,12	0,10	0,77
COURO, PELE E PRODUTOS SIMILARES	0,23	0,29	0,33	0,24	1,04
Total das Indústrias do Grupo II	38,44	37,67	37,37	34,99	0,91
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - GRUPO III					
MATERIAL DE TRANSPORTE	12,47	11,49	12,93	16,07	1,29
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	9,59	8,92	8,19	8,07	0,84
PRODUTOS MECÂNICOS	8,25	7,22	7,03	6,37	0,77
DIVERSOS (I E III)	1,21	1,56	1,40	1,14	0,95
DIVERSOS (II)	2,62	3,53	3,80	1,53	0,58
OUTRAS INDÚSTRIAS	0,37	0,38	0,24	0,15	0,42
Total das Indústrias do Grupo III	34,50	33,09	33,58	33,33	0,97
SÍNTESE DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO					
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO					
Total das Indústrias do Grupo I	27,06	29,05	29,05	31,68	1,17
Total das Indústrias do Grupo II	38,44	37,67	37,37	34,99	0,91
Total das Indústrias do Grupo III	34,50	33,09	33,58	33,33	0,97
TOTAL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,00	100,00	100,00	100,00	0,97

Fonte: DIPAM (vários anos) - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Dados Básicos

Nota: Grupo I = Indústria de Bens Não Duráveis de Consumo

Grupo II = Indústria de Bens Intermediários

Grupo III = Indústria de Bens Duráveis de Consumo e Indústria de Bens de Capital

Houve, no período, uma redução da participação das indústrias do Grupo III - Indústria de Bens Duráveis de Consumo e de Bens de Capital, entretanto, chama atenção a manutenção da metal-mecânica (material de transportes e produtos mecânicos) como o conjunto de setores de maior participação na composição do Valor Adicionado. Chama atenção, também, a redução da participação do setor de material elétrico e de comunicações - justificada pelo deslocamento de muitas plantas da indústria eletrônica para a Zona Franca de Manaus, nos anos 80.

A indústria de bens intermediários é fornecedora de insumos industrializados para a produção de bens finais. Atende à demanda empresarial, motivo pelo qual é um dos setores onde primeiro se abate a crise em épocas de restrição ao consumo, pois, são reduzidas as encomendas. É uma indústria com plantas de grande porte, com produtos padronizados e organizadas em linha de produção. O setor que mais cresceu, no grupo II, foi o da indústria de papel e papelão. A capacidade produtiva do setor foi ampliada pela implantação de novas fábricas ou reforma e ampliação das já existentes. A indústria de produtos de borracha e a de material plástico também tiveram ampliadas suas participações na produção industrial estadual. Estes setores tiveram como característica comum uma elevada incorporação de inovações tecnológicas em seus processos produtivos e grande parte de suas produções voltadas ao mercado externo.

Houve uma ampliação da participação do Grupo I - Indústria de Bens não Duráveis de Consumo, com destaque para o complexo agroindustrial (produtos alimentícios; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre; e produtos do reino animal) num período que não somente inclui o auge do Proálcool, a transformação da laranja em mercadoria de exportação, com a implantação da indústria de processamento de sucos, como também a agroindústria de oleaginosas, centrada basicamente no esmagamento de grãos e refino do óleo de soja. Este grupo localiza-se, em grande medida, no interior do estado.

A AGROPECUÁRIA PAULISTA.

Alguns Antecedentes para o Entendimento da Estrutura Produtiva da Agricultura Paulista:

Durante a década de setenta a agricultura paulista, como o conjunto da agricultura brasileira, passou por fortes mudanças, impulsionadas pelo acelerado processo de urbanização, pelos incentivos governamentais e também pela criação do Programa Nacional do Alcool - Proálcool. Sua base técnica passou por um conjunto de transformações, através da ampliação da mecanização, da intensificação do uso de insumos químicos e biológicos e da introdução de novas variedades de culturas e de raças animais - que contribuíram para a ampliação da produtividade do trabalho e do próprio rendimento da terra.

Entre as principais modificações estruturais na produção agrícola, no processo de circulação de mercadorias, no sistema de financiamento e nas relações sociais de trabalho destacam-se "a interligação cada vez maior de processos mecânicos; intensificação na utilização de modernos insumos químicos; introdução de novas variedades de culturas e de raça de animais; redefinição das relações do capital comercial tradicional possibilitando a ampliação da capacidade de armazenamento da produção e de seus transportes; o financiamento da atividade agropecuária mediante o crédito oficial subsidiado com juros negativos permitindo ainda mais o crescente grau de tecnificação e, por último, as modificações nas relações de trabalho com a substituição do trabalho permanente pelo temporário, aumentando a importância do trabalho assalariado" Negri (1994: 205 e 206).

No Estado de São Paulo, na década de setenta, os produtos alimentares sofreram, de maneira geral, uma sensível redução de sua participação tanto em área cultivada, quanto no volume de produção, enquanto aqueles articulados em modernos complexos agro-industriais, de alguma maneira ligados ao comércio exterior, ampliaram. Esse movimento refletiu a política federal adotada para o setor, que procurou, incentivar a produção de setores agroindustriais de elevado dinamismo, ao mesmo tempo que ampliava significativamente a rede de infra-estru-

tura necessária para melhorar as condições de competitividade das exportações dos produtos agrícolas processados ou semiprocessados.

O Desempenho da Agropecuária Paulista nos Anos 70

No início dos 70, a principal cultura no Estado de São Paulo, em área cultivada, era de milho, seguida do café, cana-de-açúcar, arroz e algodão. Essas culturas ocupavam 26,5%; 14,1%; 13,3%; 11,8% e 10,5% da área ocupada pelos 20 principais produtos, respectivamente. Chama atenção também a reduzida participação do cultivo de laranja e soja (3,3% e 1,2%).

As Culturas Ligadas a Complexos Agroindustriais

O principal movimento da década de 70 foi a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar e com laranja (85,24% e 183,13%, respectivamente). Sua importância, para além da área ocupada com essas culturas, está no fato de serem parte dos dois maiores complexos agroindustriais paulistas. Com grande participação no processo de desenvolvimento do interior nas duas últimas décadas, a implantação de ambos se deu em anos distintos, mas os dois na década de setenta.

A ampliação da área de cana foi incentivada pelo início da implantação do Programa Nacional do Alcool em 1975, criado após a crise mundial de petróleo de 1974, com o objetivo de reduzir a dependência do país à importação de combustíveis fósseis e criar uma fonte alternativa e renovável, com tecnologia nacional.

O plantio da laranja foi incrementado em função do início da implantação de um conjunto de unidades processadoras de suco, voltadas quase exclusivamente ao mercado externo, já mais ao final da década.

Soja e Trigo: Novas Culturas Introduzidas

A política governamental de incentivo a cultura de agro exportáveis, fez com que, ao final daquela década (triênio 1979-81) a área plantada

com soja tivesse sido ampliada em 721%, sendo grande parte do incremento localizado na Divisão Regional Agrícola -DIRA de Ribeirão Preto. Dos fatores que favoreceram a expansão da soja, merecem destaque: o aumento da demanda dos mercados interno e externo, possibilidade de combinação da produção soja-trigo na seqüência do ano agrícola, possibilidade de mecanização agrícola em praticamente todas as operações do cultivo, benefícios dos programas de crédito à produção e comercialização do produto, bem como do apoio recebido nos serviços de assistência técnica e de pesquisa.

A possibilidade de combinação do cultivo de soja e trigo no mesmo ano agrícola, que era uma cultura inexpressiva (ocupando 0,35% da área cultivada pelas principais culturas) no início da década, fez crescer em 777% a área plantada com o trigo, que passou a representar quase 3% da área cultivada no final dos 70. Mas quase todo o incremento de área de plantio de trigo foi concentrado na DIRA de Marília, mais especificamente nas regiões de Assis e Ourinhos, que tinha seu cultivo consorciado ao da soja. Entretanto o cultivo de soja descolou-se do trigo e passou a ser plantado em outras áreas do estado. A principal área de cultivo da soja passou, em poucos anos, a ser a Região de Ribeirão Preto, onde os produtores de cana-de-açúcar passaram a adotá-la nos períodos de rotação de cultura⁴.

Assim, é importante já observar que o plantio de soja desenvolveu-se no Estado, a partir de dois eixos de penetração distintos. Na região de Assis/Ourinhos sua expansão se deu a partir da extrapolação da fronteira paranaense. Interessante que se registrava um movimento oposto ao ocorrido no período de colonização do chamado "norte" do Paraná, quando o cultivo do café alcançou aquele estado exatamente a partir do ponto que agora entrava o cultivo da soja (e também o do trigo), numa trajetória inversa a do período de expansão da cultura cafeeira. Naquela região a soja veio consorciada ao cultivo do trigo. A outra área de cultivo da soja é a Região de Ribeirão Preto, pela necessidade de rotação de culturas no cultivo da cana-de-açúcar.

4 A recomendação técnica estipula a rotação de cultura a cada quatro anos, para não exaurir os nutrientes do solo. Assim sempre, 25% da área destinada ao plantio da cana está sendo cultivada com outros cultivares. A opção de rotação tem sido feita com leguminosas, basicamente, feijão, soja ou amendoim, pois essas fixam o nitrogênio no solo eliminando a necessidade de adubação no plantio da próxima safra.

O Café e o Algodão: culturas tradicionais

O cultivo do café, impulsionado pela elevação do preço da saca no exterior e, principalmente, pela política de estímulo à racionalização da lavoura cafeeira ampliou sua participação para 16,2%. Outro produto exportável tradicional, o algodão, teve sua área de plantio reduzida em 54%, caindo de 10,5% para 4,37% sua participação na área cultivada pelas principais culturas. Isso se deu em parte pelo avanço do cultivo da cana sobre as áreas do algodão e também devido à concorrência da soja, cujos produtos e subprodutos substituíram com vantagens o óleo e o farelo de algodão. De outro lado, o algodão foi deslocado pela forte penetração das fibras sintéticas no mercado têxtil

As Culturas Alimentares

Das lavouras destinadas ao mercado interno, utilizadas tradicionalmente na alimentação, as de arroz e mandioca foram as que observaram maior redução tanto em área como em produção. A produção de feijão, ao contrário, expandiu-se impulsionada por política governamental que procurou ampliar a produção nacional e reduzir a dependência externa após a falta do produto em vários grandes centros observada entre 1977 e 79.

O milho teve sua área de cultivo reduzida em 26,7% mas a produção, em tonelada, viu-se ampliada em mais de 900% durante a década de 70. Essa forte elevação da produtividade da lavoura do milho foi função da introdução de novas variedades, de melhoramentos genéticos, e da modernização das técnicas de cultivo, incentivados por seu uso pela indústria de ração animal.

As Áreas de Pastagens

Outra variação significativa durante os anos 70 foi a redução da área de pastagens (10%), num período em que as principais culturas ampliaram, também em cerca de 10%, sua área de cultivo. Entretanto, a redução se deu só na área de pastagem natural, reduzida em 41,8%, enquanto a área de pastagem cultivada foi ampliada em quase 20%.

A Estrutura Produtiva Atual da Agropecuária Paulista

No início dos anos 80, a cana-de-açúcar passou a ser o principal produto cultivado no interior paulista, seguida do milho, café e soja. As quatro culturas juntas ocupavam 65,6% da área cultivada pelas vinte principais culturas no estado.

A crise dos anos 80 e início dos 90, que tão fortemente se abateu sobre a indústria paulista, impactou diferentemente na agricultura, por diversos motivos. Primeiro, porque, de um modo geral, a política federal de garantia de preços mínimos, mesmo nos períodos nos quais os recursos para financiamento da safra foram insuficientes, serviu para manter uma rentabilidade básica do setor, principalmente para os produtos alimentares. Segundo porque a continuação do Proálcool incentivou a ampliação da área cultivada com cana-de-açúcar contribuindo para a elevação da renda gerada na agricultura. Também pela maior articulação entre agricultura e indústria, onde foi privilegiado o cultivo de culturas agroprocessadas, como a cana, a laranja, o milho e a soja, em detrimento das culturas alimentares, como o arroz, o feijão e a mandioca, por exemplo.

Principais Culturas - Diversificação Produtiva

Se considerados os vinte principais produtos agrícolas cultivados no Estado de São Paulo entre 1980 e 95, o conjunto da área ocupada foi reduzida em 5,9%, passando de 6,1 para 5,7 milhões de hectares. Esse fato não significa que houve no período uma redução do total de área cultivada no estado, mas sim uma maior diversificação, com outras culturas não tradicionais ocupando maior espaço. Essas, por sua vez apresentam um espectro bem variado, com impactos também diferenciados, no que diz respeito à utilização de mão de obra e ao mercado consumidor. Na região de Campinas, por exemplo, tem crescido a área destinada ao cultivo de frutas de mesa, com destaque para goiaba, morango, pêsego, e figo, além da uva. Na região de São José do Rio Preto houve o plantio de seringueiras no início dos anos 80, já em fase de início de produção. Na região de Ribeirão Preto vários produtores adotaram a nós macadâmea, outros a manga e outros o sorgo. Ampliou-se muito durante o período, em quase todo o Estado, o cultivo

em plasticultura, forma intensiva de plantio de espécies como o melão, abóbora, etc., ou hortícolas. Em paralelo, cresceu a produtividade física de vários cultivos, a exemplo da própria cana-de-açúcar e da laranja, cuja produção expandiu-se, apesar da redução da área plantada.

As Áreas de Pastagens

Quanto à área destinada a pastagens, deve-se salientar que se o total manteve-se praticamente o mesmo, houve uma acentuada substituição de parte das pastagens naturais por pastagens cultivadas. Este é outro indicador do avanço da modernização do agro paulista: as pastagens naturais sofreram uma redução de 35% em área, passando de 31% para 20,1% do total da área de pastagens no estado, enquanto as cultivadas ampliaram em 16,7%.

Os Produtos com Elevada Articulação com a Indústria - Cana-de-açúcar, Milho, Soja e Laranja

As principais características da produção agrícola no período 1980-95 foram a ampliação do cultivo de produtos com alto grau de integração com a indústria e a redução da área dos produtos alimentares. Assim, cana-de-açúcar, milho, laranja e soja que ocupavam juntas 3.523 mil ha passaram a 4.564 mil ha, ampliando sua participação no total da área cultivada de 57,70% para 79,40%, no período. Interessante observar que, à exceção da soja, que teve sua área de cultivo reduzida em 4,00% (porém com aumento de 2,80% na produção), as outras culturas tiveram consideráveis incrementos em área cultivada e, principalmente em produção. A cana-de-açúcar ampliou em 62,30% sua área de cultivo e em 135,40% sua produção em toneladas, o milho ampliou em 13,90% e 46,40% e a laranja em 11,50% e 83,10% em área e produção, respectivamente.

Os Produtos Alimentares

Os produtos alimentares arroz, batata, feijão e mandioca reduziram a área de plantio em 35,90% (de 786 mil ha para 504 mil ha) entre 1980 e 95. No conjunto, essas culturas passaram de 12,90% para 8,70% do

total da área cultivada no Estado. A redução no cultivo do arroz se deu tanto em área cultivada (-51,50%) quanto em produção (-23,70%), mas nas outras culturas apesar de ter havido perda de área houve aumento da produção. A produção de batata foi reduzida em 8,30% em área plantada mas teve ampliação de 15,80% em sua produção. O feijão teve redução de 28,70% na área cultivada e aumento de 11,30% na produção e a mandioca -15,30% na área e aumento de 31,80% na produção.

O Café - Grande Redução da Área Plantada

Das culturas mais representativas da agricultura paulista a que teve maior redução nos últimos quinze anos foi o café. Ele que ocupava 414 mil ha (16,20% da área cultivada) no triênio 1979/81, reduziu para 271 mil ha no triênio 1993/95 (4,70% da área cultivada). O café faz parte de um conjunto de culturas que, ao que parece, não receberam nenhum - ou muito baixo - incremento de produtividade no período, reduzindo sua produção quase na mesma proporção da redução da área cultivada.⁵ Algodão, amendoim, trigo e mamona foram os outros produtos a reduzirem significativamente tanto suas áreas cultivadas quanto as quantidades produzidas. Essas cinco culturas, que já ocuparam 34,70% e 26,90% da área cultivada nos triênios 1969/71 e 1979/81, respectivamente, tiveram sua participação reduzida para 9,40% do total da área cultivada no Estado no triênio 1993/95.

A Criação Animal

No que se refere à criação animal, a maior taxa de crescimento do período foi a da carne suína (170%). Interessante observar que a produção de carne bovina cresceu 44,70% e a produção de leite foi ampliada em 60% num período em que a área de pastagens teve um crescimento próximo de zero (0,50%). A ampliação da produção foi possível pela melhoria genética do plantel, pela ampliação da utilização de técnicas

5 Deve-se atentar para o fato de que algumas dessas culturas se transformaram muito no últimos anos, buscando mercados específicos, em geral com produtos de maior qualidade e preço. A exemplo da produção de grãos selecionados de café, alguns produtores têm tido êxito em segmentos demarcados de maior valor adicionado.

artificiais de inseminação e transplante de embriões e pela disseminação das técnicas de confinamento e ordenamento mecânico, além da melhoria da qualidade das próprias pastagens.⁶

A produção de aves para abate, que foi responsável pela mudança nos hábitos alimentares do brasileiro nas décadas de 60/70, e havia crescido 428,60% na década de 70, observou uma taxa de crescimento moderado (24,70%). Sua participação no total de carne produzida no Estado, que vinha seguindo uma trajetória de crescimento nos três períodos anteriores, refluíu passando de 47,60% no triênio 1986/88 para 36,20% em 1993/95.

Outras Características do Período

É importante destacar que, de maneira geral, o aumento de produtividade apresentado pela maioria das culturas está, em parte, relacionado com o crescimento do consumo de fertilizantes, em toneladas de nutrientes (nitrogênio, fósforo e potássio), que observou um aumento acumulado de 25% no período entre 1990 e 1994.

A produção de rações balanceadas também tem observado crescimento significativo nos últimos anos. Se comparados dados referentes a 1994 com o ano de 1985, observa-se que a produção de rações balanceadas cresceu 42%, sendo que as rações destinadas para aves de corte e outros animais (cães, gatos e eqüinos) apresentaram os maiores incrementos, 53% e 230%, respectivamente. Não somente a produção ampliou-se, mas também o consumo de rações aumentou 52% no período 1985-94.

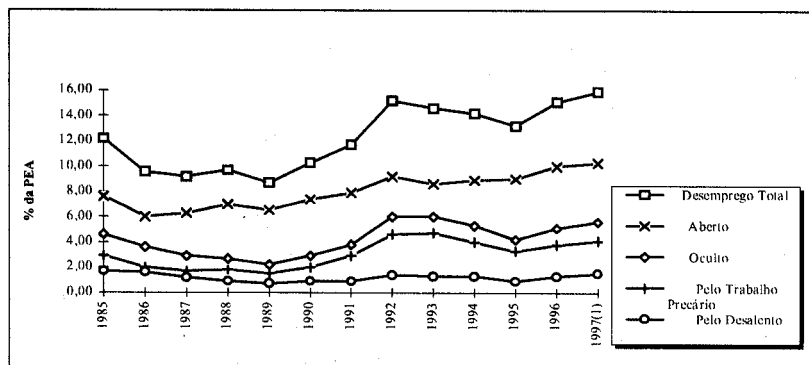
3. O EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO

As estatísticas oficiais sobre desemprego, e modo geral, são muito precárias, entretanto, para a Região Metropolitana de São Paulo, a

6 No lado do consumo, disseminou-se no período o consumo de um conjunto variado de derivados lácteos, que, juntamente com as novas técnicas de embalagem e condicionamento do leite - tipo longa vida, que reduz o custo de transporte e conservação do produto *in natura*, - foram responsáveis pela ampliação do consumo de leite e seus derivados.

pesquisa de Emprego e Desemprego - PED - realizada pelo Dieese e Fundação Seade, é a fonte de informações mais usada⁷.

Gráfico 3: Taxa de desemprego - 1985 a 1997



Fonte: SEP - Convênio Seade

(1) Dados de janeiro a novembro

Estes dados mostram uma sistemática queda nas taxas de emprego formal, notadamente do emprego industrial, com ampliação das taxas de desemprego. Em 1985 o desemprego, refletindo a profunda crise econômica, estava em 12,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Entre 1986 e 1989, oscilou em torno de 9%, atingindo a menor taxa anual (8,71%) em 1989. Após, passou por um processo de ampliação sistemática chegando a uma média anual de 15,10% da PEA em 1996, elevando-se para 15,9% da PEA na média de janeiro a novembro de 97. O desemprego aberto era de 4,60% da PEA em 1985, passou para 6,51% em 1989, cresceu sistematicamente, atingiu 10% da PEA em 1996, ampliando-se para 10,30% em 1997.

7 A Fundação Seade, e o Dieese, entidade civil de assessoramento ao movimento sindical, realizam um acompanhamento mensal da ocupação na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Apesar de cobrir, espacialmente, só a RMSP, a PED é o melhor indicador do que está acontecendo no Estado de São Paulo.

Tabela 8: Estimativa da população total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desempregada na Grande São Paulo - 1985-1987.

Populações	Em 1.000 Pessoas												
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 ⁽¹⁾
População Total					14.804	15.078	15.358	15.642	15.897	16.070	16.309	16.545	16.771
População em Idade Ativa	10.562	10.758	10.979	11.254	11.541	11.897	12.259	12.574	12.891	13.146	13.453	13.687	13.914
População Economicamente													
Ativa	6.369	6.659	6.774	6.911	7.052	7.162	7.515	7.793	7.915	7.980	8.220	8.459	8.585
Ocupados	5.592	6.020	6.151	6.241	6.438	6.424	6.636	6.558	6.759	6.847	7.135	7.182	7.220
Indústria	1.834	2.089	2.079	2.010	2.125	2.004	1.878	1.731	1.703	1.732	1.762	1.623	1.523
Comércio	788	834	892	880	953	1.028	1.082	1.069	1.102	1.157	1.213	1.235	1.220
Serviços	2.276	2.372	2.454	2.596	2.659	2.730	2.980	3.017	3.224	3.211	3.396	3.490	3.624
Outros ⁽²⁾	694	716	726	755	701	662	696	741	730	746	736	834	853
Desempregados	777	639	623	670	614	738	879	1.175	1.156	1.133	1.085	1.277	1.365
Aberto	484	399	427	484	459	530	594	711	681	710	740	846	884
Oculto	293	240	196	186	155	208	285	464	475	423	345	431	481
Pelo Trabalho	185	133	115	124	106	143	218	356	372	319	271	321	129
Precário													
Pelo Desalento	108	107	81	62	49	65	67	108	103	104	74	110	129
Inativos	4.193	4.099	4.205	4.345	4.489	4.735	4.744	4.841	4.976	5.166	5.233	5.228	5.329

Fonte: SEP - Convênio Seade - Dieese

Notas: (1) Dados de janeiro a novembro

(2) Englobam Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

Entre 1985 e 1997, a participação da indústria foi reduzida de 32,80% para 21,09% do total de ocupados, enquanto os ocupados no comércio e no setor serviços (exclusive serviços domésticos) tiveram um crescimento de 14,09% para 16,90% e de 40,70% para 50,19% respectivamente. Porém, parte do incremento observado no setor serviços deve ser explicado pelo processo de terceirização na indústria.

Em que pese a retomada no crescimento econômico nacional, pós 93, as estatísticas de emprego mostram contínua redução relativa nos postos de trabalho, com crescimento do desemprego.⁸ Há, também, uma crescente precarização dos postos de trabalho, com redução do trabalho assalariado no período⁹.

Em 1994, foi realizada uma pesquisa de condições de vida em todas as cidades com mais de oitenta mil habitantes do Estado de São Paulo. Seus resultados mostraram que, enquanto no total do Estado a taxa de desemprego dos indivíduos de 10 anos e mais estava em 13,80%, na Região Metropolitana já atingia 14,60% e nas cidades do Interior 13,70%. Apesar de ter sido realizada há alguns anos, o resultado da pesquisa mostra que, mesmo um pouco menor no interior, a taxa de desemprego no Estado estava num mesmo patamar, tanto na metrópole, quanto nas cidades do interior¹⁰.

Estrutura do Emprego

Para o total do Estado de São Paulo os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho mostram alteração no perfil do emprego com carteira de trabalho assinada no Estado de São Paulo. O emprego industrial tem se reduzido, tanto em termos relativos quanto em números absolutos. O forte crescimento observado nos postos de trabalho da agropecuária é mais justificado pela ampliação do nível de formalização das relações de trabalho no campo

8 O nível de ocupação cresceu 7,90% entre junho de 1994 e maio de 97, período do último plano de estabilização econômica (Plano Real). No mesmo período a PEA cresceu 8,90% e o desemprego cresceu 14,60% na RMSP. O desemprego vem crescendo também em outras áreas metropolitanas. Em Porto Alegre em abril de 97 o desemprego era 21,10% maior que em junho de 1994, e 30,50% no Distrito Federal.

9 Em treze anos de pesquisa (1985-1997), a PED constatou um crescimento de 97% nos assalariados sem carteira de trabalho assinada (contrato de trabalho ilegal e sem proteção social) e de 84% no número de autônomos.

10 A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) foi realizada pela Fundação Seade.

O recente desempenho econômico, o emprego...

do que pela ampliação do número de postos. A construção civil, o comércio e o setor de serviços observaram algum crescimento no período, ampliando suas participações na composição do emprego no Estado.

Tabela 9: Empregados com carteira de trabalho assinada no Estado de São Paulo - 1986-1995

ANO	SETOR						TOTAL	
	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	OUTROS		IGNORADO
1986	2.922.504	277.667	907.397	3.158.666	103.373	46.744	0	7.416.351
1990	2.595.021	304.681	982.043	3.186.057	129.654	436.528	0	7.633.984
1994	2.353.444	363.256	1.057.664	3.481.050	305.955	0	276.027	7.837.396
1995	2.201.319	347.096	1.094.085	3.684.960	323.247	57.570	57.570	7.708.277

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais RAIS - MTb-

O setor que passou por maior redução no número de empregos com carteira de trabalho assinada foi a indústria. Entre 1986 e 1995, sofreu uma redução, tendo, no final do período 75,32% do estoque inicial de empregos.

Tabela 10: Índice de crescimento do emprego no Estado de São Paulo 1986-1995

SETOR	ANO		
	1986	1990	1995
INDÚSTRIA	100,00	87,79	75,32
CONSTRUÇÃO CIVIL	100,00	109,73	125,00
COMÉRCIO	100,00	108,23	120,57
SERVIÇOS	100,00	100,87	116,66
AGROPECUÁRIA	100,00	125,42	312,70
TOTAL	100,00	102,93	103,94

Fonte: RAIS/MTb

Os dados da RAIS de 1995 mostram que o emprego industrial é maior, em números absolutos, na região metropolitana que no interior. Entretanto, apesar da RMSP deter 56,63% do total de postos de trabalho na indústria estadual, o emprego industrial tem maior peso relativo na composição regional do interior que na metrópole. Enquanto, no interior do Estado, o emprego industrial representa 30,29% do total estadual de postos de trabalho com vínculo empregatício, na RMSP seu peso era de 27,36%. Estes números dão a dimensão da desconcentração do emprego industrial nos últimos anos.

O setor de serviços, diferentemente, ainda apresenta alto grau de concentração de empregos na RMSP (65,02% do emprego do setor). Seu peso relativo na composição regional do emprego do interior, também é bem inferior que o seu correspondente da metrópole. O emprego no setor de serviços é responsável por 53,15% do total do emprego na RMSP e por 40,08% no interior.

Tabela 11: Trabalhadores com vínculo empregatício formal por setor de atividade econômica região metropolitana e interior do Estado - 1995

SETOR	NÚMEROS ABSOLUTOS			DISTRIBUIÇÃO		COMPOSIÇÃO	
	RMSP	INTERIOR	TOTAL DO ESTADO	RMSP	INTERIOR	RMSP	INTERIOR
INDÚSTRIA	1.246.582	954.737	2.201.319	56,63	43,37	27,36	30,29
CONSTRUÇÃO CIVIL	224.781	122.315	347.096	64,76	35,24	4,93	3,88
COMÉRCIO	610.832	483.253	1.094.085	55,83	44,17	13,41	15,33
SETOR DE SERVIÇOS	2.421.632	1.263.328	3.684.960	65,72	34,28	53,15	40,08
SETOR PRIMÁRIO	17.132	306.115	323.247	5,30	94,70	0,38	9,71
SETOR IGNORADO	35.661	21.909	57.570	61,94	38,06	0,78	0,70
TOTAL GERAL	4.556.620	3.151.657	7.708.277	59,11	40,89	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTb 1995

A participação da Região Metropolitana na composição do emprego formal do estado de São Paulo é, mais que proporcional à sua participação na produção da indústria de transformação. Isso denota que a indústria do interior tem ampliado sua participação na produção sem que o número de empregos cresça na mesma proporção.

Em 1995 a RMSP respondia por 56,82% dos empregos industriais, e era responsável por 51% da produção industrial do Estado. Os setores com maior concentração do emprego na metrópole são a indústria farmacêutica (82,34%), a de plásticos (75,12%), a de Borracha (67,71%), a de material elétrico e de comunicações (66,57%) e a indústria química (63,61%).

No interior a maior concentração relativa de emprego industrial está nos setores de bebidas, alimentos, madeira, metais não metálicos e couro e peles.

Tabela 12: Trabalhadores com vínculo empregatício formal na indústria de transformação da região metropolitana de São Paulo: interior e total do Estado - 1995

SETOR	NÚMEROS ABSOLUTOS			DISTRIBUIÇÃO		COMPOSIÇÃO	
	RMSF	INTERIOR	TOTAL DO ESTADO	RMSF	INTERIOR	RMSF	INTERIOR
INDÚSTRIA NÃO METÁLICOS	34.323	51.943	86.266	39,79	60,21	2,90	5,77
INDÚSTRIA METALÚRGICA	153.351	88.474	241.825	63,41	36,59	12,94	9,83
INDÚSTRIA MECÂNICA	102.454	74.418	176.872	57,93	42,07	8,65	8,26
INDÚSTRIA DE MAT. ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	83.831	42.099	125.930	66,57	33,43	7,07	4,68
INDÚSTRIA MATERIAL DE TRANSPORTES	143.598	73.956	217.554	66,01	33,99	12,12	8,21
INDÚSTRIA DE MADEIRA	8.600	18.983	27.583	31,18	68,82	0,73	2,11
INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO	23.845	22.239	46.084	51,74	48,26	2,01	2,47
INDÚSTRIA DE PAPEL	38.546	26.564	65.110	59,20	40,80	3,25	2,95
INDÚSTRIA DE BORRACHA	33.334	15.899	49.233	67,71	32,29	2,81	1,77
INDÚSTRIA DE COURO E PELES	8.389	12.226	20.615	40,69	59,31	2,81	1,36
INDÚSTRIA QUÍMICA	64.329	36.802	101.131	63,61	36,39	5,43	4,09
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA E VETERINÁRIA	24.221	5.196	29.417	82,34	17,66	2,04	0,58
INDÚSTRIA PERFUME, SABÃO	22.392	13.445	35.837	62,48	37,52	1,89	1,49
INDÚSTRIA DE PLÁSTICO	73.800	24.448	98.248	75,12	24,88	6,23	2,72
INDÚSTRIA TÊXTIL	60.328	66.500	126.828	47,57	52,43	5,09	7,39
INDÚSTRIA VESTUÁRIOS E CALÇADOS	107.309	86.907	194.216	55,25	44,75	9,06	9,65
INDÚSTRIA DE ALIMENTO	88.528	161.361	249.889	35,43	64,57	7,47	17,92
INDÚSTRIA DE BEBIDAS	12.743	44.794	57.537	22,15	77,85	1,08	4,97
INDÚSTRIA DE FUMO	2.629	372	3.001	87,60	12,40	0,22	0,04
INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	69.334	18.133	87.467	79,27	20,73	5,85	2,01
INDÚSTRIA DIVERSAS	29.103	15.713	44.816	64,94	35,06	2,46	1,74
TOTAL DA INDÚSTRIA	1.184.987	900.472	2.085.459	56,82	43,18	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTb 1995

Na composição regional do emprego na indústria do interior o setor que gera maior número de postos de trabalho é a indústria de alimentos (17,92%), seguida da indústria metalúrgica e de vestuário e calçados, com 9,83% e 9,65%, respectivamente.

O fato da indústria do interior ter uma maior participação na geração do valor agregado que na geração dos empregos, em cada setor, indica que as plantas do interior, provavelmente por serem de implantação mais recente, trabalham com índices de produtividade mais elevados que a média estadual. As plantas industriais da RMSP, mais antigas, necessitam de um maior número de empregados para a produção.

4. A LOCALIZAÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Para compreender as possibilidades abertas para cada uma das regiões do estado, é importante atentar para as novas estratégias de localização que estão sendo adotadas pelas empresas transnacionais que têm tomado a decisão recente de se instalar no Brasil ou pelas empresas que procuram ampliar sua capacidade produtiva, bem como é preciso avaliar o impacto da retomada do crescimento sobre o parque produtivo já instalado. Isso porque, se ao longo período de recessão, os segmentos industriais mais modernos puderam se proteger através de diversas estratégias, como a redução do pessoal ocupado, a racionalização da produção e a ampliação da capacidade ociosa planejada, a retomada do crescimento abre novas perspectivas.

Com a recuperação do nível de atividade, após 1993, a principal resposta imediata foi dada exatamente por aqueles segmentos voltados aos bens de consumo duráveis e com grande capacidade ociosa, a exemplo da indústria automobilística e da eletroeletrônica. A forte recuperação da produção nesses segmentos, em que é muito acentuada a participação de São Paulo no total nacional, explica, inclusive, uma certa interrupção do processo de desconcentração industrial e a manutenção da participação do Estado no valor de

transformação industrial do País, medido pelo IBGE nas pesquisas industriais anuais. Em paralelo a estes segmentos, a expansão do consumo também favoreceu em muito a produção da indústria alimentar, de bebidas e de outros bens não duráveis de consumo, ainda que grande parte do aumento do consumo em setores como têxtil e vestuário tenha sido coberto por importações.

Além disso, sem dúvida, a estabilização da economia associada à existência de considerável volume de capitais internacionais que busca oportunidades de investimento e novos mercados, têm propiciado a retomada do crescimento econômico e ampliado o interesse de grandes empresas transnacionais por se localizarem no Brasil.

A retomada do investimento industrial, mesmo que em proporções ainda reduzida, colocou em destaque uma outra face dessa mesma discussão, sintetizada na disputa pela localização industrial. Praticamente todos os estados da federação montaram programas de incentivos e subsídios com objetivo de ampliar suas vantagens comparativas e conseguir atrair novas indústrias para seu território. Os programas de incentivos criados pelos estados, via-de-regra, procuram compensar a inexistência de vantagens estruturais ou sistêmicas da competitividade, presentes basicamente em São Paulo, em algumas regiões de seu entorno e em outros poucos estados.

As Vantagens Locacionais do Estado de São Paulo

Destacam-se, como aspectos centrais nas vantagens locacionais do Estado de São Paulo frente às demais regiões brasileiras, o parque produtivo já instalado, o mercado de trabalho com abundância de profissionais formados e capacitados para exercer as mais diversas atividades; a infra-estrutura existente, principalmente as modernas rodovias, a grande concentração de instituições de ensino e pesquisa de alto nível, tanto na formação universitária quanto no ensino técnico profissionalizante; e uma gama extensa de serviços de apoio à produção. Esses são fatores fundamentais e que estão substituindo os antigos requisitos de mão-de-obra barata e matéria-prima abundante.

As Intenções de Investimento

É interessante observar que entre as intenções de investimento anunciadas para São Paulo e Brasil para os próximos anos, a participação de São Paulo no total nacional é elevada exatamente em segmentos com maior densidade tecnológica, a exemplo de instrumentos hospitalares, informática, eletrodomésticos, material eletrônico e de comunicações, tratores e máquinas agrícolas, autopeças, máquinas e equipamentos e veículos automotores. Assim, mesmo que seja possível que continue ocorrendo uma desconcentração industrial, com menor peso da indústria paulista, em São Paulo ainda estarão concentrados os segmentos mais dinâmicos da indústria nacional, bem como uma grande parte do agribussines mais rentável do País.

A Localização dos Novos Investimentos

O fato que chama a atenção na relação dos novos investimentos anunciados para o Estado de São Paulo é que esse novo fluxo de investimentos está privilegiando o interior do Estado, num processo de continuação da interiorização do desenvolvimento iniciado em meados dos anos setenta. A opção pelo interior se explica pela tendência de se homogeneizarem as vantagens de localização entre a Região Metropolitana de São Paulo e parte do interior. Assim, pode-se dizer que os novos investimentos tendem a assumir uma forma desconcentrada. Ou seja, não estão se dirigindo somente para a Região Metropolitana, mas abarcam uma área mais ampla, que contém diversas regiões do interior paulista.¹¹

11 Não há nenhuma semelhança entre as teses aqui apresentadas e a idéia de desindustrialização da metrópole paulista. Pelo contrário, a perda relativa de participação na produção industrial do Estado está restrita basicamente à capital, que, sem dúvida, tem ampliado suas feições de cidade terciária. Mesmo assim, o parque industrial lá instalado a mantém como a cidade brasileira de maior produção industrial. Ou seja, mesmo relativamente reduzida, a produção industrial do município de São Paulo é superior à de qualquer outro Estado da Federação, além do Estado de São Paulo. Esta é uma peculiaridade brasileira, pois aqui o centro financeiro e terciário de maior importância segue tendo também a maior produção industrial, sem apresentar obsolescência em seu parque industrial.

Valor das intenções de investimento na indústria: Brasil e Estado de São Paulo - 1997-2005

	Valores Absolutos (milhões US\$)			Composição Setorial (%)		Participação de São Paulo (%)
	SP	BR	BR	SP	BR	
ATIVIDADE PRINCIPAL						SP/BR
EXTRATIVA MINERAL	15,00	10.949,60		0,10	11,70	0,10
AUTOPEÇAS	1.325,30	2.927,30		6,10	3,10	45,30
BEBIDAS	120,00	8.659,40		0,60	9,20	1,40
CALÇADOS E ARTEF. DE COURO	0,00	288,30		0,00	0,30	0,00
EDITORIAL E GRAFICA	30,00	226,60		0,10	0,20	13,20
ELETRDOMESTICOS	136,80	275,60		0,60	0,30	49,60
FUMO	0,00	1.239,60		0,00	1,30	0,00
INFORMÁTICA	1.280,00	2.255,70		5,90	2,40	56,70
INSTRUMENTOS HOSPITALARES	169,00	292,90		0,80	0,30	57,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	262,50	584,90		1,20	0,60	44,90
MAT. DE TRANSPORTE	0,00	350,10		0,00	0,40	0,00
MAT. ELETRICO	0,00	109,50		0,00	0,10	0,00
MAT. ELETRÔNICO E COMUM.	1.294,00	2.661,00		6,00	2,80	48,60
MAT. PLASTICO E BORRACHA	371,80	1.178,00		1,70	1,30	31,60
METALURGICA	2.180,00	11.069,40		10,10	11,80	19,70
MINERAIS NAO METÁLICOS	1.106,00	3.513,50		5,10	3,70	31,50
MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,00	379,20		0,00	0,40	0,00
PAPEL E CELULOSE	1.286,80	9.503,20		6,00	10,10	13,50
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	1.226,00	5.495,70		5,7	5,90	22,30
PRODUTOS DE MADEIRA	70,00	204,20		0,30	0,20	34,30
PRODUTOS QUÍMICOS	5.672,40	17.660,50		26,30	18,80	32,10
PRODUTOS TÊXTEIS	470,00	3.472,40		2,20	3,70	13,50
RECICLAGEM	27,00	27,00		0,10	0,00	100,00
TRATAORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	268,80	568,90		1,20	0,60	47,20
VEÍCULOS AUTOMOTORES	4.259,00	9.795,10		19,70	10,40	43,50
VESTUÁRIO	0,00	138,50		0,00	0,10	0,00
TOTAL	21.570,40	93.826,10		100,00	100,00	23,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, Secretaria de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento.

O recente desempenho econômico, o emprego...

Graças às condições estruturais existentes no interior - infra-estrutura, transportes, comunicações, proximidade do mercado consumidor, existência de mão-de-obra qualificada e de centros de pesquisa e ensino, dentre outras -, esse espaço tem sido o mais procurado pela nova indústria. Tem peso, também, na decisão locacional as deseconomias de aglomeração, existentes na metrópole e ainda não presentes no interior.

Faz-se necessário, entretanto, lembrar que este processo não deverá ser homogêneo em todo o Estado, mas privilegiará as regiões mais industrializadas, com trabalho conjunto entre as instituições públicas de pesquisa e a iniciativa privada e contíguas aos grandes eixos de ligação da metrópole com o restante do país. Assim, as Regiões Administrativas de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba, Central (São Carlos e Araraquara) e Ribeirão Preto já têm sido as mais privilegiadas. As RAs de Bauru e São José do Rio Preto, por se localizarem em importantes eixos de ligação com o oeste do estado e a região centro-oeste do país, deverão ser secundariamente privilegiadas, enquanto as outras regiões deverão prosseguir tendo sua dinâmica econômica baseada na agroindústria ou, no caso da RA de Santos, na indústria e no setor terciário.

Há que ser destacado, também, que as fronteiras estaduais não constituem limites à localização industrial. Ao contrário, a concessão de incentivos e benefícios por estados vizinhos pode determinar a migração ou o transbordamento da localização para porções contíguas ao Estado de São Paulo, também localizadas próximas aos grandes eixos de transporte que ligam à Região Metropolitana de São Paulo, sem contudo perder as vantagens advindas dessa proximidade. Casos recentes de decisões locacionais no município de Resende, no Rio de Janeiro, bem como o recente implante industrial nos municípios do sul de Minas Gerais (Varginha, Pouso Alegre, Poços de Caldas, dentre outros), são exemplos paradigmáticos desta situação.

Na verdade, além dos centros industriais já consolidados de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, e seus respectivos entornos, a localização de novas atividades econômicas em São Paulo tem se orientado pelos grandes eixos de ligação à capital, privilegi-

ando as cidades com melhor infra-estrutura. São quatro os eixos principais: o primeiro formado pelas rodovias Bandeirantes e Anhangüera, com uma derivação para a Washington Luiz, onde se destacam Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Limeira, Piracicaba e Rio Claro. No eixo formado pelas Rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto, destacam-se Jacareí, Taubaté, Lorena e Guaratinguetá, extrapolando a divisa estadual para alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro. Bauru e Botucatu destacam-se no eixo Castelo Branco/Marechal Rondon. A peculiaridade está no eixo formado pela rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, pelo fato de estar surgindo um novo implante industrial, em grande medida determinado pela proximidade com São Paulo, mas localizado já em território mineiro, principalmente nos municípios de Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas.¹²

A Guerra Fiscal

Tem havido uma ampliação na disputa pela localização industrial, não só entre Estados da Federação, mas também entre as localidades, com a generalização de políticas municipais de atração industrial. Todavia, os incentivos municipais, ainda menos que os estaduais, podem ser necessários, mas não são suficientes para uma estratégia bem sucedida no longo prazo. Para que haja um processo de crescimento local bem sucedido, a ação dos planejadores do desenvolvimento local e regional deve extrapolar a esfera dos incentivos - que são ações tópicas - e atuar na criação ou ampliação das vantagens objetivas que o município possa oferecer e que podem dar origem a vantagens estruturais, associadas à implantação de uma eficiência coletiva.

Assim, o investimento dos escassos recursos públicos deve ser canalizado para dotar o município de infra-estruturas sociais adequadas, notadamente educação e saúde, e também para formular e implementar

12 Aqui foram listados os eixos e localidades atualmente privilegiados para a localização de novas atividades econômicas fora dos grandes centros do interior (Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos). Não se pode esquecer, todavia, que a área metropolitana de Campinas - formada basicamente pela Região de Governo de Campinas - tem sido o espaço mais privilegiado para a localização industrial no interior paulista, notadamente pela indústria de alta tecnologia. Além do tradicional eixo de localização industrial formado pela Anhangüera (onde se localizam as cidades de Americana, Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo), na rodovia Campinas - Mogi-Mirim, Jaguariúna tem recebido grandes investimentos e, na Santos Dumont, Indaiatuba, Salto e Itu tendem a criar um forte eixo industrial articulando Campinas até Sorocaba.

políticas de desenvolvimento urbano que contribuam para a elevação da qualidade de vida, tanto no que diz respeito a um bom atendimento nos serviços públicos básicos quanto à implantação de um padrão ambiental que preserve a natureza. Essas ações, associadas ao empenho político administrativo pela criação de parcerias e trabalho conjunto entre os diversos agentes do desenvolvimento, são as ações fundamentais para tornar o processo de desenvolvimento mais efetivo. Isso porque, na estratégia empresarial de localização de novas atividades, cada vez mais, deixam de ser preponderantes a existência de mão-de-obra abundante e barata, ou de grandes volumes de recursos naturais e os ganhos de escala - tão comuns no "chamado" regime fordista de produção em massa. Agora, a localização passa a ser determinada pela existência de mão-de-obra qualificada, pela possibilidade de constituição de uma rede de fornecedores, por ganhos de escopo, pela proximidade do mercado consumidor, pela possibilidade de uma qualidade de vida amena para seus funcionários, dentre outros.

Esses são os motivos que justificam a escolha da localização de novos empreendimentos estar recaindo em municípios de médio porte. Num futuro próximo, acredita-se que devem continuar prevalecendo os mesmos critérios e as cidades que queiram entrar na disputa por novos investimentos produtivos deverão se preocupar cada vez mais com a criação de vantagens objetivas do que com incentivos fiscais, que, aliás, já são praticamente universais.

5 - À Guisa de Conclusão: As Recentes Mudanças na Indústria Paulista

É importante destacar que a lógica de localização apresentada prevalece, sobretudo, para a grande indústria de bens duráveis de consumo, responsável por parcela significativa dos novos investimentos anunciados.¹³

A indústria de bens intermediários possui uma maior rigidez locacional, quer pelo grande porte das plantas industriais - na indústria química,

¹³ A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo tem publicado com frequência a relação dos novos investimento anunciados para o Estado. Uma síntese com as informações regionalizadas pode ser encontrada na revista "Você Sabia?" publicada pelo Governo do Estado em julho de 1997.

de materiais plásticos ou de borracha, por exemplo - quer pela necessidade de transporte de grandes volumes de matéria prima - como na indústria de papel e celulose, de artigos e artefatos de madeira, de produtos minerais não metálicos e cimento, dentre outros. Nesse grupo o maior investimento anunciado nos últimos anos no Estado será destinado ao Polo Petroquímico de Paulínia, onde deverão ser investidos cerca de seis bilhões de reais nos próximos anos.

Na indústria de bens não duráveis de consumo observa-se que os diversos ramos e setores têm apresentado estratégias locacionais distintas. A indústria de bebidas, por exemplo, tem optado por descentralizar sua produção localizando novas plantas em cidades que sejam entroncamento dos grandes eixos de transportes, próximas aos mercados consumidores e com adequados mananciais hídricos. Isso tem sido observado, principalmente, nas fábricas de cerveja e refrigerantes, onde a disputa pela conquista de novas faixas de mercado tem se acirrado e a redução nos custos de transportes é uma componente importante nessa estratégia. Também para reduzir custos de transporte, e atraídas por um conjunto de incentivos fiscais oferecidos por outros Estados, a indústria de esmagamento de grãos (soja e milho, principalmente) e a indústria de carnes e derivados (frigoríficos) têm se deslocado de São Paulo para outros Estados, mais próximos aos locais de plantio ou de criação de gado.

Na indústria têxtil tem sido observado um deslocamento de algumas plantas do Estado de São Paulo para o Nordeste, mais especificamente para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia. A principal alegação é o custo da mão-de-obra, a redução nos custos de transporte para atingir o mercado os Estados Unidos da América, além dos incentivos fiscais oferecidos pela Sudene.

A indústria alimentícia tem passado por grandes alterações patrimoniais com a entrada no mercado de grandes fabricantes internacionais que têm adquirido plantas e marcas nacionais. Esse movimento não tem alterado de forma significativa a localização da atividade produtiva, ainda que seja previsível que as futuras ampliações estejam determinadas pela proximidade com os mercados consumidores.

Há alguns fatores novos, entretanto, ligados à macro infra-estrutura que podem, de diversas maneiras, alterar a lógica atual de localização das atividades, criando novas vantagens para alguns lugares e reduzindo a de outros. Trata-se da Hidrovia Tietê-Paraná e do Gasoduto Bolívia-Brasil. Principalmente no que se refere à indústria de processamento de produtos primários e em alguns segmentos específicos da indústria naval (de reparos e de construção de barcaças) no caso da hidrovia, ou mesmo em atividades industriais intensivas na utilização de energia.

Hidrovia Tietê-Paraná

A hidrovia Tietê-Paraná, através da qual foram movimentadas mais de 5,0 milhões de toneladas em 1996, afigura-se como um dos principais vetores de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo. A sua excepcional situação geográfica a coloca como principal fator de reordenamento da matriz de transportes da região Centro-Leste brasileira, permitindo o desenvolvimento, em larga escala, da multimodalidade como fator de ganho de competitividade para os produtos transportados.

Considerada a via de integração do Mercosul a configuração da hidrovia lhe permite interligar regiões ricas e diversificadas. Pólos industriais e extensas áreas voltadas ao agribusiness, cortando todo o interior do Estado de São Paulo em direção ao oeste e margeando os Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, é uma importante via de ligação entre as regiões produtoras e consumidoras do interior do Brasil e os países do Mercosul.

O investimentos privados em empreendimentos agrícolas, industriais, comerciais e turísticos multiplicam-se a cada ano em sua área de influência imediata, que compreende 220 municípios, dos quais 70 localizados às margens dos rios.

A Hidrovia integra-se a ferrovias e rodovias constituindo-se na espinha dorsal de um sistema intermodal de transporte de grande importância para o Mercosul, que permitirá o escoamento da produção agrícola do centro-oeste brasileiro, leste da Bolívia, Uruguai e norte da Argentina

para os portos do Atlântico com menores custos, já que o frete fluvial tende a custar quarenta por cento menos que o transporte ferroviário.

Foi viabilizada a partir dos significativos investimentos logísticos realizados nas últimas décadas nos rios Tietê e Paraná, para a construção de hidrelétricas pela Companhia Energética do Estado de São Paulo - Cesp, que é a responsável pela construção e operação da hidrovia. O primeiro trecho navegável foi concluído em 1981, a "Hidrovia do Alcool" de Barra Bonita a Bariri.

Da extensão atual de 2.400 Km, 620 Km estão no rio Tietê e dois tramos no rio Paraná: tramo norte de 399 Km, que vai até São Simão, no Estado de Goiás, e tramo sul de 1381Km, até a barragem de Itaipú. Está projetada para movimentar até 10 milhões de toneladas, em cada sentido, no rio Tietê e até 28 milhões no rio Paraná.

Com investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão aplicados na sua construção, a Cesp estima que nos próximos quinze anos serão realizados investimentos privados de US\$ 8 bilhões na região da hidrovia. Existe a previsão de instalação de diversos pólos hidroindustriais e pólos turísticos nos municípios ribeirinhos, segundo o Plano de Fomento desenvolvido pela Cesp. A instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, nessa mesma região, possibilitará a utilização de gás natural e de energia termelétrica pelas indústrias a serem instaladas.

Anualmente, observa-se que há um grande fluxo de paulistas que vão para o nordeste brasileiro. Parte desse fluxo poderia ser redirigido para as margens dos lagos e represas dos rios Tietê, Paraná, Paranapanema, Rio Grande, dentre outros, fazendo aumentar a renda e o nível de emprego nessas regiões.

Existem estudos para a construção de marinas em vários dos nove lagos artificiais que ficam entre Barra Bonita e Itaipu. A Hidrovia tem um grande potencial turístico a ser fomentado, em virtude da beleza natural de grande parte da paisagem que a rodeia. Há riquezas ambientais a serem exploradas, como as oferecidas pelas grandes represas, além da possibilidade inédita para o lazer fluvial.

O Gasoduto Bolívia-Brasil

Obra de mais de 2 bilhões de dólares o Gasoduto trará gás natural da Bolívia para o Brasil. Percorrerá 2.593 Km no lado brasileiro, cortando 122 municípios nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A primeira etapa da obra, inaugurada em janeiro de 1999, liga Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia a Paulínia, na região de Camp[inas] (SP). Seguirá até Guararema na Região Metropolitana de São Paulo, onde se articulará com o gasoduto vindo da bacia de Campos (RJ).

O gasoduto atravessará 86 municípios no Estado de São Paulo. desde Castilho, na Região de Governo de Andradina, no extremo oeste, de onde seguirá margeando o lado esquerdo do Rio Tietê até Ibitinga, na região de Araraquara, onde, atravessará o rio e, após passar por Araraquara e São Carlos, seguirá em direção a Campinas. Nas proximidades de Campinas haverá uma derivação que margeará a Rodovia Santos Dumont em direção a Sorocaba, seguindo o rumo sul até a região de Itapeva, onde entrará no Estado do Paraná. Outra derivação seguirá de Campinas para a Região Metropolitana de São Paulo, até Guararema.

Há uma grande expectativa dos municípios que serão cortados pelo gasoduto, pela possibilidade de adquirirem competitividade para a localização de novos investimentos produtivos em função da possibilidade de oferta de gás natural e de energia termelétrica - abundante e sem os riscos de redução ou queda no fornecimento, como tem acontecido em alguns estados do país com a energia elétrica.

Entretanto, é provável que as vantagens da passagem do gasoduto sejam mais aproveitadas pelos municípios onde há a previsão de *city gates*, que possibilitarão a utilização do gás na região, ou então daqueles que possam se servir da energia termelétrica, gerada a partir do gás natural em usinas a serem instaladas próximas dos *city gates*¹⁴.

¹⁴ City Gates são "saídas" a partir do duto principal que permitem "derivações" do gasoduto em sistemas secundários. Assim, a utilização local do gás natural somente será possível em regiões que contarem com essas "portas de distribuição" de gás, a partir do gasoduto principal.

7. BIBLIOGRAFIA

CAIADO, A. S. C. (1996) Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. *São Paulo: São Paulo em Perspectiva*, 10(2):54-59.

SEADE (1996) *Um mundo chamado São Paulo: a melhor opção para investimento*. São Paulo.